

Crescimento econômico e o nó fiscal

José Álvaro de Lima Cardoso*

A conjunção de bons indicadores macroeconômicos no Brasil, neste momento, é excepcional. Neste contexto de melhora significativa dos indicadores econômicos a necessidade de equacionar a questão fiscal aumenta de importância, especialmente quando o assunto é crescimento sustentado. O tamanho da carga tributária e o ritmo do aumento dos gastos públicos nos últimos anos são desafios cruciais no debate sobre o crescimento do país. Nesta relação entre crescimento e contas públicas, é difícil definir o que vem antes, mas é fácil perceber que são questões intrinsecamente relacionadas.

Um primeiro aspecto do problema, é que, apesar do grande crescimento da carga tributária nos últimos anos, os investimentos públicos são baixos e muito aquém das necessidades do país. Ao mesmo tempo, os gastos sociais vêm aumentando em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), não só porque há uma demanda social bastante forte, mas também porque o crescimento foi pífio nas últimas duas décadas. Além disso, o baixo crescimento aumenta a dependência dos mais pobres, dos serviços disponibilizados pelo Estado.

Aqueles que consideram fácil cortar gastos esquecem que a questão não é meramente técnica, mas principalmente política, já que o Governo atual foi eleito para fazer o país crescer, distribuindo renda ao mesmo tempo. Além do problema político, os cortes de despesas passam também por entraves de caráter jurídico, já que a maior parte da receita tem vinculação constitucional.

Um elemento fundamental no atual cenário macroeconômico é a necessidade de fazer cair a dívida pública em relação ao PIB. Nesta área as notícias têm melhorado: em agosto este indicador caiu de 44% para 43%, o menor valor desde a adoção do regime de câmbio flutuante em janeiro de 1999. A redução do peso da dívida pública sobre o PIB é crucial no debate sobre crescimento. Na proposta de orçamento federal para 2008, praticamente metade (48,55%) dos recursos alocados para despesas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) será destinada ao refinanciamento, amortização e pagamento de juros da dívida pública. São inacreditáveis R\$ 656,7 bilhões em um total de R\$ 1,352 trilhão do total de despesas. É uma verdadeira ditadura financeira imposta pelo processo de endividamento do Estado, que está sendo revertido a duríssimas penas, e com sacrifício da maioria da população.

A estratégia do governo no campo fiscal é muito clara: fazer cair gradativamente a taxa de juros, mantendo pelo menos 3,75% de superávit e acelerar o crescimento do PIB. Esta combinação seria suficiente para manter a queda da dívida líquida do setor público como proporção do PIB, que chegaria em 2010 em torno dos 35% do PIB, um percentual que pode ser considerado “civilizado”.

No debate fiscal, não existe neutralidade. A cobrança e a alocação dos impostos é em última instância sempre uma decisão de quem vai pagar a conta. Cada real decorrente de uma decisão de renúncia fiscal por parte do Estado, é um recurso que irá faltar para investimento em saúde ou educação. Daí a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de controles sociais do orçamento público. Algumas iniciativas importantes têm sido tomadas, como os seminários regionais para ouvir as demandas da sociedade sobre o Plano Plurianual 2008-2011 e o Orçamento da União de 2008, realizados pela Comissão Mista do Orçamento, que ocorreram por todo o Brasil. Mas esses mecanismos de participação da população devem ser definitivamente incorporados à rotina da tramitação das leis orçamentárias no Congresso Nacional, de forma que independa da coalizão de forças que estejam no comando político do país. Isto aumenta a chance de uma alocação dos recursos que reflita não apenas uma responsabilidade fiscal do país, mas também responsabilidade social, através do combate às profundas desigualdades existentes no Brasil.

*Economista e supervisor técnico do DIEESE em Santa Catarina.

08/10/2007.